

# **CENTRALIDADE DE CAMPO GRANDE: UMA ANÁLISE DAS CONCLUSÕES DE CLEONICE LE BOURLEGAT ATRAVÉS DAS TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO E AGLOMERAÇÃO**

Roberson da Rocha Buscioli<sup>1</sup>  
Jaicy Fidelis Iahn<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo desenvolver uma análise das conclusões da autora Cleonice Alexandre Le Bourlegat em sua tese de doutorado pela Universidade Estadual Paulista, intitulada “Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações e espaços-temporais”, análise está estruturada nas principais teorias do desenvolvimento regional relacionadas a fatores locais e aglomerativos.

**Palavras-chaves:** Campo Grande, centralidade, desenvolvimento regional, localização e aglomeração.

## **1. INTRODUÇÃO**

O desenvolvimento do Estado de Mato Grosso do Sul, tanto econômico como social e espacial tem ocorrido sob a influência dos sequenciais ciclos de ascensão e depressão do capitalismo. Percebido como um território propício ao desenvolvimento de atividades agropecuárias, o Estado teve sua estrutura econômica formada em função destas atividades. Mesmo atualmente, após a descentralização da indústria, particularmente, no Mato Grosso do Sul este fenômeno mostrou-se fortemente dependente do setor primário, verificando-se que o setor secundário estadual é predominantemente agroindustrial. Neste contexto, Campo Grande desenvolve-se como centro dinâmico da economia do Estado, exercendo um papel centralizador sobre as demais cidades, canalizando grande parte dos fluxos de desenvolvimento.

Em termos regionais, o desenvolvimento e o crescimento econômico são estudados por várias correntes de pensamento. Entender quais são os condicionantes do processo de desenvolvimento e, por consequência, os fatores que levam ao agravamento das desigualdades regionais de renda e emprego, é um dos objetivos das teorias do desenvolvimento regional e também dos formuladores de políticas.

Assim, este estudo será apresentado em três seções. Na primeira realiza-se uma releitura da tese de Le Bourlegat (2000), focada na centralidade de Campo Grande; na segunda seção, serão expostos os principais conceitos e conclusões das teorias do desenvolvimento regional; e por último, é apresentada uma análise paralela das conclusões da autora e das teorias do desenvolvimento.

## **2. MATO GROSSO DO SUL E CAMPO GRANDE: DESENVOLVIMENTO E CENTRALIDADE SEGUNDO LE BOURLEGAT**

Historicamente a atual região do Estado de Mato Grosso do Sul pode ser definida como uma região de economia tipicamente agrária. A reabertura da navegação dos rios da bacia da Prata após a Guerra do Paraguai (1864-1870), proporcionou um significativo ciclo de

---

<sup>1</sup> Economista pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS – Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – bolsista da FUNDECT-MS

<sup>2</sup> Economista pela UEMS, especialista em Finanças Internacionais e Políticas Macroeconômicas, pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

crescimento para esta região, muito embora como assinala Le Bourlegat (2000), terminado o conflito, a atual região do Mato Grosso do Sul tornara-se a mais remota das províncias do país, baixa densidade demográfica e destruição quase que total dos poucos núcleos urbanos.

Todavia, a liberação da navegação pelo rio Paraguai, vai proporcionar para que com pouco menos de uma década Corumbá transforme-se em um importante porto comercial, ligando a região tanto aos mercados Platinos como à Capital da Província. Destarte, Corumbá passa a impor-se como um importante centro comercial, distribuidor de mercadorias oriundas tanto de mercados platinos como do Rio de Janeiro, por onde também se intensificou o comércio de gado com mercados platinos, atividade que se desenvolveu de modo extensivo em aproveitamento das pastagens naturais, campos de vacaria e barreiros do Pantanal.

Ao sul os vastos campos de ervais nativos, junto à necessidade de se proteger as fronteiras propiciaram o surgimento de grandes fazendas para exploração ervateira, como também povoados, contudo, com maior intensidade após a Guerra do Paraguai à atividade ervateira é quem vai impulsionar algum desenvolvimento na região, num primeiro momento a comercialização se dará pelo porto de Concepción. O monopólio da atividade é concedido pelo governo à "Cia Matte Laranjeira", que ocupou uma vasta área de exploração chegando a atingir uma área que ia desde a cabeceira do rio Paraná a cabeceira do rio Brillhante, aonde se chegou a construir um porto particular, Porto Murinho, para onde foi transferida a administração dos negócios.

A atual região de Mato Grosso do Sul tem a partir de então o redirecionamento de sua economia para o Sudeste, com a consolidação de algumas cidades ao longo dos meios de comunicação, que trouxeram um certo dinamismo no comércio de gado, um aumento considerável da população, que passou de 74 mil habitantes em 1912, para 130 mil em 1920.

Nas duas últimas décadas do século XIX, o capitalismo industrial tem sua terceira fase ascendente, com a Segunda Revolução Industrial, tendo a incorporação de uma maior racionalidade dos meios de produção, a implantação do método conhecido como 'taylorismo' resultando em maior produtividade. A integração que passa a ocorrer nesse período, via advento das linhas férreas, navegação a vapor, rede rodoviária, telégrafos e rádios, vai mudar o conceito de espaço.

Nesse período o aumento das exportações brasileira de café vão dar uma nova dinâmica ao território nacional, que acaba por consolidar São Paulo como o mais importante centro polarizador do país.

O fortalecimento da economia cafeeira vai intensificar o crescimento de centros urbanos, formando assim um significativo mercado consumidor para o gado do sul do Mato Grosso, que embora já estivesse politicamente incorporado ao território nacional ainda estava sob forte influência da economia platina.

A preocupação com a ligação econômica do sul de Mato Grosso e o mercado platino, vai fazer com que tanto o Estado de São Paulo quanto o Governo Federal venham realizar políticas de integração dessa região ao principal centro econômico do país, como a implantação de linhas telegrafas, aberturas de estradas, navegação pelo rio Paraná e principalmente a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil ligando Bauru a Corumbá, passando por Campo Grande.

O início da Primeira Guerra Mundial em 1914, ocasionou uma alta nos preços da carne bovina nos mercados europeus, que acabou por proporcionar uma leva de investimentos estrangeiros, principalmente europeus, nas proximidades da estrada de ferro, o mercado de gado é direcionado ao Sudeste, enfraquecendo a ligação do Sul do Mato Grosso com os mercados platinos em virtude de um fortalecimento com o Sudeste, Campo Grande que vinha se destacando como importante centro de negociação de gado, vai consolidar-se como o mais importante entreposto comercial de gado do estado ligado aos mercados paulista.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, os Estados Unidos que haviam aumentado em muito sua capacidade de produção, passa a aumentar sua inserção e influência nos mercados europeus, conforme as economias européias vão se reconstruindo do conflito, a superprodução vai abalar o sistema capitalista até então direcionado pelo *laissez faire*, até o auge da crise em 1929, quando todo o sistema capitalista é abalado. Apoiados na nascente teoria keynesiana, que propõe a intervenção do Estado burguês na economia passa a emergir como planejador do desenvolvimento regional.

No Brasil o início do governo de Getúlio Vargas vai introduzir no país essa nova lógica econômica. Tem-se um aceleração do processo de substituição de importação iniciado no fim do século XIX, a União passa a intervir de forma direta na economia, financiando a implantação de infra-estrutura e indústria de base. No tocante a colonização do Centro-oeste, inicia-se o que ficou conhecido como 'marcha para oeste', onde o Estado passou a orientar a ocupação de novos e velhos territórios seguindo uma lógica de modernização das formas de produção.

As transformações que vão ocorrendo ao longo das décadas seguintes vão redefinir os papéis de cada uma das regiões do país, sendo que na medida em que a importância da indústria do Sudeste vai crescendo para atender o mercado nacional, outras regiões agora articuladas a São Paulo, vão ampliando sua participação no setor agrícola. Sendo que no final da década de 60 e início da década de 70 o Centro-Oeste já havia se transformado no segundo principal fornecedor de matérias-primas ao Sudeste.

O processo de industrialização por que vinha passando o Sudeste, não se limitou apenas na produção de bens de consumo, mas com o surgimento do departamento I da economia, foi possível a produção de bens de consumo duráveis e bens de produção. Desta forma a indústria pesada passou a difundir o uso de novas tecnologias de produção, leia-se uso intensivo de capital, entre os setores, agrícola e de mineração.

A agroindustrialização, a partir de então passa a se difundir pelos territórios brasileiros, agora com evoluídas redes de comunicação. No Mato Grosso do Sul, é a intervenção do governo via planejamento quem vai inserir as terras da região ao novo modelo vigente. Essa modernização vai ter impacto tanto na agricultura como também na pecuária. Esse processo vai ocorrer do sul ao norte do estado, dado que é após esgotamento das terras agricultáveis do sul do estado que o governo passa a promover uma política de incentivo para a ocupação do cerrado na agricultura de forma mecanizada e com intensivo uso de insumos industriais.

Os conhecimentos agrônomo e de biotecnologia acumulados pelos órgãos de pesquisa implantados pelos governos militares, Embrapa e Empaer, passaram a ser de suma importância na expansão da fronteira agrícola rumo a Amazônia, pois com o fim das terras agricultáveis no fim da década de 70 e início da década de 80, é a absorção, por parte dos que podiam adquirir essa nova tecnologia, que vai possibilitar a utilização dos cerrados do Centro-oeste de forma intensiva em capital. Segundo a autora, este modelo apresentou-se de forma excludente para os pequenos produtores familiares, que junto à redução da absorção da mão-de-obra no campo e a valorização da terra tornaram-se um agravante da questão da terra no estado, acabando por desencadear um processo dificultador do acesso a terra por parte do campesinato.

A tecnificação da agricultura, ocorreu não apenas nas áreas com densa povoação, mas em áreas pouco ou nada povoadas, dificultando o acesso a terra, resultando em adensamento da população urbana. No caso da região do atual Estado de Mato Grosso do Sul, devido à fraca divisão territorial do trabalho, esse contingente populacional que migra do campo para a cidade, vai escolher algumas poucas e esparsas cidades centrais como destino.

Como órgão de coordenação das políticas do governo, foi implantada a Sudeco, que através da elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Centro-oeste

propôs a integração do Mato Grosso do Sul ao mercado nacional como produtor de grãos para exportação, dotando o estado de infra-estrutura de transporte e de armazenamento de grãos.

A possibilidade de se cultivar em terras antes não cultiváveis vai acabar por ocasionar uma alta nos preços desse fator, que por sua vez vai fazer com que a pecuária melhore o aproveitamento das terras destinadas a criação de gado, com a ampliação dos pastos plantados, e melhor seleção genética dos animais, aumentando a produtividade deste setor.

A crise do petróleo junto ao lançamento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), permitiu que no Mato Grosso do Sul se verificasse um aumento da área plantada de cana-de-açúcar e a instalação de usinas de álcool.

A interiorização da indústria que passa a ocorrer de forma mais acentuada a partir de 1985, vai se dar tanto com incentivos fiscais como por linhas de financiamentos, principalmente para a instalação de unidades de beneficiamento de soja, sendo que em 1990 a capacidade de produção das esmagadoras de soja já era igual à produção do estado.

Por outro lado, na pecuária também passa a ocorrer à industrialização do setor, isso porque a aproximação das unidades de abates às áreas de criação e vias de escoamento, que diminuí os custos de transporte, junto a incentivos fiscais, reforçaram a entrada de frigoríficos, que vão se instalar principalmente nas microrregiões de Campo Grande, Dourados e Iguatemi, avançando posteriormente por varias outras regiões do estado.

A cidade de Campo Grande que em 1950 já se destaca como centro aero-rodoviário e entreposto comercial e centro Militar, tendo sua órbita de influência estendida de Cuiabá a Dourados, tomando o papel que até então era exercido por Corumbá. Além de estar no centro do estado, beneficia-se ainda por estar no eixo de cruzamento das duas rodovias federais estruturais. Desse modo torna-se principal canalizadora de produtos para exportação ao Sudeste como também centro de distribuição de produtos industrializados as cidades sobre as quais exercia influências. Encabeçando uma rede de cidades "cabeças de rede", por toda a região.

Com a transformação de Campo Grande em sede administrativa do estado de Mato Grosso do Sul sua importância na prestação de serviços é amplamente ampliada, como também a prestação de serviços privados, tendo em vista que com a agroindustrialização cresce a necessidade um mercado fornecedor de insumos e serviços para a empresa agrícola.

A organização do espaço vai ocorrer sob forte influência da metrópole paulista, tendo Campo Grande com sub-metrópole regional. Dividindo o estado em três faixas. A faixa leste ligado diretamente a São Paulo, a faixa central como um espaço de modernização recente, intervenção direta da União, a Oeste uma área com fraca integração com o Sudeste, as duas últimas estão ligadas através de uma rede de cidades, organizadas de forma hierárquica sob forte influência da cidade de Campo Grande, "*A hierarquia urbana ocorrer devido ao numero de funções acumuladas e do porte e raridade do equipamento urbano para a oferta de bens e serviços, (...) Dourados aparece no nível abaixo como capital regional, Aquidauana, Ponta Porã e Corumbá como centros sub-regionais, Coxim, Rio Verde, Bonito e Jardim como centros de zona*" (LE BOURLEGAT, 2000: p. 158).

A Faixa central possui uma rede de cidades capitaneada por Campo Grande, podendo ser considerada uma expansão da área Leste, sendo que ao sul desta área esta localizada a maior densidade da malha viária e estruturação da cidade, sendo que nessa região é possível identificar uma área sob a influência de Campo Grande e outra ao sul sob a influência de Dourados que além de receber influência de Campo Grande esta sob influência direta da região paulista e paranaense.

A micro região de Campo Grande pode ser considerada a de maior importância do estado, sendo lá, devido a forte ligação com o território paulista que se encontra a maior densidade do meio técnico-científico. A centralidade de Campo Grande, conforme mostra a

autora "anula o desenvolvimento de municípios vizinhos que dela dependem diretamente, não existindo intermediação hierárquica entre Campo Grande e os centros urbanos dependentes".

No geral o que se pode verificar é que a partir da internalização brasileira do pólo industrial, Mato Grosso do Sul é transformado em periferia de centro dinâmico, essa integração vai dar a Campo Grande o papel até então exercido por Corumbá, como porto comercial platino. Sendo que à medida que o relativo isolamento do Mato Grosso do Sul vai sendo diminuído pela intervenção da União, as regiões próximas a esses meios de comunicação vão apresentando um maior capacidade de nível de desenvolvimento. Sendo que a integração ao centro dinâmico da economia tendo como suporte o meio técnico-científico (infra-estrutura de produção, armazenagem e circulação) teve as cidades como centro regulador das atividades do campo. Sendo que a região central é a que mais recebeu investimentos agrícolas com incentivo da União.

### 3. TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ENFOQUE LOCACIONAL E AGLOMERATIVO

Sinteticamente, as teorias de desenvolvimento regional podem ser apresentadas em duas grandes correntes: I) O conjunto de teorias clássicas da localização ou a abordagem locacional; e II) O conjunto de teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração de inspiração marshalliana, schumpeteriana e keynesiana.

#### 3.1 - Teorias Clássicas da Localização

A escola clássica, desde suas primeiras obras tem se preocupado com o entendimento dos fatores responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento das atividades econômicas. Ricardo (1996) formulou o que ficou conhecido como Teoria das Vantagens Comparativas, onde cada região deveria se especializar na produção de bens em que tivessem vantagens comparativas, e a partir do comércio inter-regional, cada região poderia obter as vantagens do intercâmbio.

De forma mais ou menos cronológicas, essas abordagens evoluíram do autor Von Thünen (1826) a Isard (1956). Será focada nesse tópico a análise dos “Anéis de Thünen”, teorizada por *Johann Heinrich von Thiinen* (1826); a “*Teoria da Localização da Indústria*” de Alfred Weber (1909); a formulação dos “Os Lugares Centrais de Christaller” formalizada por *Walter Christaller* (1933); e as colocações de *Walter Isard* (1956), a respeito dos custos de transporte na decisão locacional das unidades econômicas.

##### 3.1.1 - Os Anéis de Thünen

O modelo elaborado por Von Thünen *apud* Clemente (1994), procura determinar o ponto de maximização da renda da terra em diferentes localizações em condições iguais de mercado, levando em consideração os custos de transporte. Por hipótese o modelo considera a existência de um centro consumidor e uma região agricultável homogênea, seja em fertilidade do solo, tecnologia utilizada e condições de acesso. Custos de produção (**C**), preços de venda (**P**), transporte por unidade de produto e unidade de distância (**T**) são considerados constantes, variando apenas à distância entre produtor e consumidor (**D**). Nesse caso a renda (**R**) do empresário agrícola será dado por:

$$R = (P-C) - T.D$$

Como as variáveis **C**, **P** e **T** são constantes no modelo. Assim, a renda será uma função da distância, única variável não constante no modelo, tem-se então:

$$R = f(D)$$

O modelo pressupõe que as terras próximas ao centro consumidor serão utilizadas para a produção de cultivos com maiores custos de transporte, e à medida que se distanciam do centro consumidor, as mesmas serão utilizadas para a cultura de produtos com custos de transporte menores.

Mesmo considerando a simplicidade do modelo, e a dificuldade de se encontrar no mundo real as hipóteses estabelecidas, conforme aponta Clemente (1994) este foi o primeiro teórico a formular formalmente que mesmo em um espaço homogêneo, a distribuição da agricultura não seria uniforme, mas estaria em função da distância com o centro consumidor, ou seja, a localização seria um fator atuante no desenvolvimento de uma região.

### 3.1.2 - Teoria da Localização da Indústria

A Teoria da Localização da Indústria, como ficou conhecida a abordagem de Weber data de 1909. Esta abordagem procurou enfatizar a localização das atividades industriais. De forma geral Weber *apud* Cavalcante (2005) formula que as indústrias tendem a instalar-se onde os custos de transporte de matérias-primas e produtos acabados sejam mínimos.

Assumem-se como dado no modelo a localização dos mercados consumidores, das fontes de matéria-prima e da mão-de-obra (todos considerados infinitamente elásticos), assim, procura-se determinar a localização “ótima” para a produção onde os custos de transporte sejam mínimos.

Ferreira *apud* Cavalcante (2005), apresenta que as matérias-primas são classificadas em dois tipos básicos: I) as que são disponíveis em qualquer lugar não exercendo influência quanto à localização das atividades econômicas; II) e as localizadas, essas sim com o poder de influenciar a localização das unidades econômicas, quanto a esse fato, seria da seguinte maneira:

Se o custo de transporte desse insumo for maior do que o custo de transporte do produto acabado, as indústrias tenderiam a estar o mais próximo possível dos insumos, caso contrário, estariam próximo ao mercado consumidor; quando forem utilizados dois insumos específicos,  $M_1$  e  $M_2$ , disponíveis em pontos distintos, e um centro de consumo localizado em um terceiro lugar, haveria então um quarto ponto, onde a localização seria ótima para a atividade.

Assume-se que a mão-de-obra não teria mobilidade espacial, Weber *apud* Clemente (1994), pondera que variações regionais no seu custo exercem também influência na decisão quanto à localização das empresas. O autor ainda admite que, se os menores custos de mão-de-obra compensar os maiores custos de transporte, as indústrias tenderão a localizarem-se nas regiões onde aquele custo for inferior.

Ou seja, o fator locacional representa uma redução dos custos associados a sua localização. Weber *apud* Clemente (1994), assume também a existência de fatores aglomerativos e desaglomerativos, sendo que um fator aglomerativo implicaria a redução dos custos por estar localizada nas proximidades de outras empresas do mesmo ramo e, um fator desaglomerativo ao contrário estaria relacionado à economia de custos associada ao distanciamento das empresas entrantes das demais já estabelecidas, todavia, segundo Clemente (1994) essa análise dos efeitos aglomerativos e desaglomerativos são insatisfatórios na abordagem de Weber<sup>3</sup>.

Isard *apud* Cavalcante (2005), ainda dando ênfase ao custo do transporte na localização da indústria, contribui nesse aspecto ao elaborar o que denominou *insumo de transporte*, assim, uma indústria decidiria sua localização levando em consideração os custos em transporte tanto das matérias-primas como dos produtos industrializados. É através de sua

---

<sup>3</sup> Os efeitos aglomerativos e desaglomerativos serão abordados na seção 3.2 deste capítulo.

obra que os conceitos da teoria da localização passaram a ser fortemente debatido por teóricos de língua inglesa.

### 3.1.3 - Os lugares Centrais

Os Lugares Centrais de Christaller, como ficaram conhecidas as abordagens do geógrafo alemão Walter Christaller (1933), com a publicação da obra “Os lugares centrais no Sul da Alemanha”. Essa abordagem procura entender as leis que determinam o tamanho e a distribuição das cidades, estabelecendo uma hierarquia entre elas.

Analisando os arranjos espaciais das cidades ao sul da Alemanha percebeu-se que as cidades mais desenvolvidas eram equidistantes entre si. Desta forma ele conclui que para a produção de determinados bens ou serviços era necessário um nível mínimo de demanda para se assegurar à produção, a partir do qual se passa a obter rendimentos crescentes, desta forma é definindo o conceito de limiar, pelo qual se pode estabelecer uma hierarquia entre os núcleos de habitação (CAVALCANTE, 2005).

Pode-se compreender como Christaller *apud* Clemente (1994), entendia a hierarquia de cidades. São representadas na figura três classes de lugares, *A*, *B* e *C* quanto à oferta de bens e serviços; os lugares *B* ofertam todos os produtos ofertados por *A* mais produtos específicos de sua ordem, e os lugares *C* ofertam todos os produtos ofertados por *B* e *A*, mais produtos específicos de *C*. Portanto, pode-se concluir que ocorre a estruturação de uma rede funcional entre estes lugares, em que *A* pode estar diretamente dependente de *B* e de *C* também, assim como *B* dependerá dos produtos específicos de *C*.

Em resumo, essa abordagem, admite que a produção de bens e serviços nas cidades resultaria de uma escala de produção que alcança um ponto ótimo, representado por uma demanda dividida num espaço homogêneo. Ao aplicar seu método, o autor conclui que haveria uma tendência à formação de arranjos específicos (forma hexagonal) para a distribuição das cidades numa determinada região (CAVALCANTE, 2005).

## 3.2 - Teorias Neoclássicas de Desenvolvimento Regional com Ênfase nos Fatores de Aglomeração

Os principais expoentes deste ramo da teoria do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores aglomerativos e que serão abordados nesse tópico são: Perroux, e os “pólos de crescimento”; Myrdal, e a “causação circular e acumulativa”; e Hirschman, com os “efeitos para trás e para frente”.

### 3.2.1 - Pólos de Crescimento

Segundo Souza (1993), fortemente influenciado por idéias schumpeterianas essa abordagem, aceita haver desigualdades entre as regiões, ou seja, o desenvolvimento não ocorre ao mesmo tempo e, tão pouco uniformemente em todos os lugares, principalmente em períodos de desenvolvimento. Ao contrário disso apresenta-se em pontos ou “pólos de crescimento” capazes de desencadear a articulação de centros maiores aos centros menores e a zona rural, esse processo seria responsável por dinamização toda à região polarizada e estaria ligado ao tipo de indústria.

Esses pólos podem ser entendidos como um complexo industrial/agroindustrial, ou seja, um conjunto de atividades em uma localização específica, ligadas por determinadas inter-relações técnicas e de produção, que em seu meio possui no mínimo uma indústria “*motriz*” e as unidades econômicas “*movidas*” (PERROUX, 1970).

As indústrias motrizes seriam responsáveis pela separação dos fatores produtivos, pela concentração de capitais e principalmente, tem uma capacidade, ainda que temporária, de crescimento de seu produto acima da média do produto industrial e do produto nacional. As indústrias motrizes seriam capazes de alavancar a economia por no mínimo quatro vias: I) por sua participação direta no Produto Interno Bruto (PIB), da região; II) pela polarização técnica;

III) pela expansão da renda e do emprego; IV) pelos efeitos psicológicos, gerando uma atmosfera favorável (PERROUX, 1970).

Essa também resultaria na polarização geográfica, ou seja, a articulação de centros urbanos menores, em busca das economias externas oriundas dos efeitos tecnológicos. Todavia, a polarização técnica é a mais importante na tomada de decisões por parte dos investidores. (SOUZA, 1993).

Ao entender que o desenvolvimento ocorreria sob a forma de pólos propulsores de crescimento, Perroux, assumiu que estes poderiam ter o caráter natural, ou seja, desenvolver-se através dos mecanismos de uma economia de mercado e/ou poderiam ser promovidos. Isso significa dizer que poderiam ser criados em qualquer lugar, desde que os responsáveis pelas políticas regionais estivessem dispostos a injetar quantidades suficientes de recursos, em forma de subsídios e infra-estrutura necessária.

### 3.2.2 - Causação Circular e Acumulativa

A análise de Myrdal *apud* Souza (1993), tem como base à crítica ao modelo clássico, no qual a economia tende ao equilíbrio. Para este autor, o jogo das forças de mercado, leia-se oferta e demanda, opera no sentido de acentuar os níveis de desigualdades regionais e não a diminuí-los. Dessa forma, é elaborado o princípio da “causação circular acumulativa”, segundo o qual as regiões pobres tendem a se tornarem mais pobres e as mais prósperas tendem a concentrar os investimentos, de certa forma no sentido de afastar-se continuamente do equilíbrio. Logo, entende-se que o processo de causação circular acumulativa pode ocorrer tanto no sentido ascendente<sup>4</sup> como descendente<sup>5</sup>, reproduzindo efeitos *regressivos e propulsores*.

Segundo Alonso (1986), entendendo que existe mobilidade dos fatores de produção capital e trabalho, os movimentos regressivos ocorrem basicamente devido a três fatores: I) *intercâmbio comercial*, a deterioração das relações de troca contra as regiões periféricas; II) *movimento do capital*, devido à falta de infra-estrutura, baixo grau de instrução da população entre outros gargalos, o capital tende a migrar para as regiões mais prósperas; e, III) *as migrações*, as regiões com índice de crescimento maior engendram um processo de migração seletiva.

Myrdal *apud* Souza (1993) entendia que o crescimento de um pólo urbano-industrial poderia desempenhar efeitos propulsores sobre as regiões menos dinâmicas devido aos efeitos de encadeamento nas demais regiões. As regiões polarizadas podem ver aumentadas suas exportações, principalmente de alimentos, matérias-primas e algumas manufaturas para os pólos urbano-industriais. Todavia, nada leva a crer que os “efeitos propulsores” permitam o estado de equilíbrio, visto que estes são superados em muito pelos “efeitos regressivos”.

Souza (1993) sintetiza as ferramentas de neutralização dos efeitos regressivos sob as regiões periféricas, na verdade seriam instrumentos de promoção dos efeitos propulsores provenientes do pólo urbano/industrial. O que se propõem é a criação de pontes de interligação entre as atividades dos pólos de crescimento e a dos pólos secundários e seu interior, de forma a integrar as regiões e suas atividades produtivas. Propõe-se então a implantação de infra-estrutura e pequenos projetos vinculados à agricultura nas regiões periféricas.

São apresentados pelo menos seis projetos de atuação: *i)* aumentar a produtividade do solo; *ii)* agregação de valor na produção das regiões periféricas; *iii)* financiar a construção de

---

<sup>4</sup> Instalações de uma unidade econômica, gerando impostos, empregos diretos e indiretos, efeitos psicológicos.

<sup>5</sup> Fechamento de uma unidade econômica em certa região, perda de receitas desemprego queda da demanda final e etc.



silos e armazéns para a estocagem dos grãos; *iv*) políticas de escoamento da produção; *v*) incentivo à instalação de indústrias nos centros maiores da periferia; e *vi*) a diferenciação fiscal e dos gastos públicos, por setores e regiões (SOUZA, 1993).

### 3.2.3 – Crescimento Desequilibrado, os Efeitos para Frente e para Trás

Hirschman *apud* Souza (1997), ao analisar os efeitos do desenvolvimento em sua publicação *Estratégias de Desenvolvimento Econômico*, também percebeu que o desenvolvimento, quando em seu estado natural de crescimento, ocorre em local e tempo diferentes, e não em todos os setores e lugares. Todavia, o tratamento dado por este autor a esta questão, apresenta variações em relação às idéias apresentadas por Myrdal.

Conforme apresenta Souza (1997), o que se tem é o conceito de crescimento desequilibrado como forma de se fomentar o desenvolvimento. Isso porque as regiões em desenvolvimento tinham disponibilidades de força de trabalho, poupança e capacidade empresarial suficientes para a realização de projetos específicos, ou seja, poder-se-ia atender as demandas de alguns setores, desde que direcionada as forças para este setor.

Hirschman *apud* Souza (1997) opunha-se à idéia de crescimento por grande impulso, para ele, deveriam se escolher os setores com maiores chances de sucesso e a partir de então realizar ações seqüenciais no atendimento dos desequilíbrios causados por aqueles setores atendidos aos demais. Assim, cada desequilíbrio provocaria um movimento desenvolvimentista, no sentido de se vencer aos desequilíbrios.

Desta forma, o desenvolvimento sob a forma de crescimento desequilibrado, seja ele natural ou induzido - por políticas de desenvolvimento - ocorreria via os desequilíbrios causados por dois efeitos: *i*) Encadeamentos verticais ou Efeitos para trás no processo produtivo, quando uma unidade econômica ao se instalar em uma região aumenta a demanda por insumos; *ii*) Encadeamentos horizontais ou efeitos para frente no processo produtivo, quando as unidades econômicas atendem a demanda por insumos, ou seja, vendem insumos (CAVALCANTE, 2005).

Ambos os efeitos estão relacionados às economias de escalas, necessárias para viabilizar os investimentos na região, ou seja, a instalação de uma unidade econômica, indústria-chave, que geraria demanda viabilizando as escalas mínimas para a produção de alguns insumos- antes talvez importados - como também no caso dos efeitos para frente, onde a oferta de insumos constitui-se em estímulos para a localização de novas indústrias na região, indústrias-satélites (CAVALCANTE, 2005).

Todavia, assume a importância de estabelecer um limite para o crescimento desequilibrado, pois o excessivo investimento em alguns setores, infra-estrutura, por exemplo, ou setor de bens de capital, pode gerar desequilíbrios tão grandes, que inibiriam o encadeamento do restante da economia. Mas se assume ser possível criar ambiente favorável ao desenvolvimento via direcionamento por parte do governo, dos investimentos na economia (SOUZA, 1997).

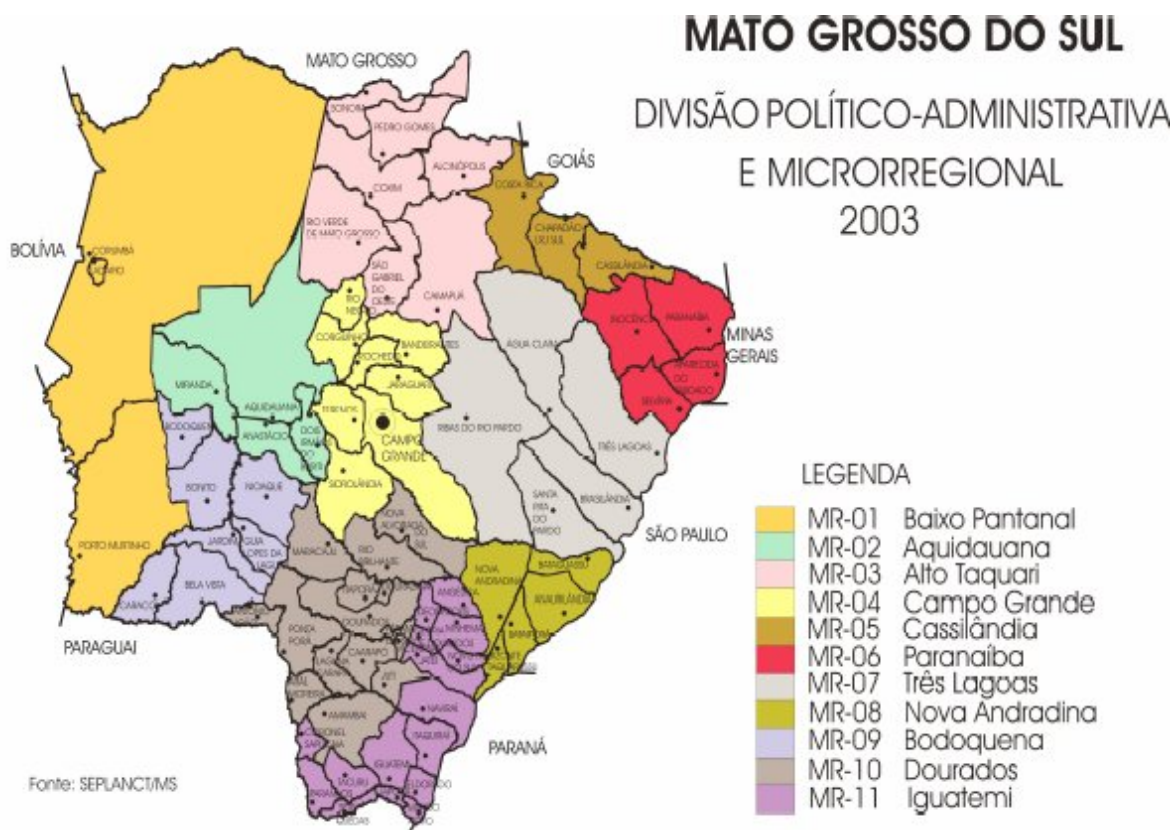
## 4. EXPLICAÇÕES TEÓRICAS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL CENTRALIZADO DE CAMPO GRANDE

Conforme a autora Cleonice Le Bourlegat (2000) apresenta ao longo de sua tese, a cidade de Campo Grande é inicialmente povoada e passa a desenvolver-se devido a sua localização. Em um primeiro momento na rota de circulação comercial com os mercados platinos e, posteriormente, na passagem da ferrovia, que fazia a ligação do Centro Oeste brasileiro a região centro-nacional, o Sudeste. Neste segundo ciclo de desenvolvimento, podemos observar nítidos conceitos teóricos e econômicos clássicos no processo de formação e estruturação do Brasil e de suas regiões econômicas. Os princípios das vantagens

comparativas, obedecendo a dotação de recursos locais, é claramente notado quando da alocação das primeiras atividades produtivas na região do Oeste brasileiro, atividades estas de produção primária para a exportação, segundo a Divisão Nacional e Regional do Trabalho.

Neste sentido, as teorias clássicas da localização aparecem como fator significativamente explicativo para o desenvolvimento de Campo Grande. A importância atribuída ao custo de transporte, ressaltado nas teorias de Von Thünen e Weber, parece ter contribuído de forma crucial para a alocação social e produtiva na região, uma vez que a própria cidade surge em função de sua localização. A importância da ferrovia como fator de desenvolvimento da região, ou ainda o desenvolvimento da própria cidade ao longo dos trilhos demonstra, assim, que o fator locacional é um dos principais na explicação do desenvolvimento regional do Estado.

Esta fundamental importância da localização próxima às vias de circulação comercial para a organização urbano-econômica do Estado, salientada por Le Bourlegat (2000), determinou, nos termos de Christaller, uma hierarquia entre as cidades da região. Campo Grande representou desde sua formação e representa ainda hoje, uma cidade central, a qual subordina as demais cidades, formado uma rede em seu entorno de influência, com cidades de maior e menor grau de subordinação. Como se pode observar na própria distribuição espacial das cidades no estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande é o ponto focal ou o centro dinâmico de um espaço composto por diversas cidades em diversos níveis de dependência do centro. Em nível estadual, um exemplo prático típico desta hierarquização de cidades pode ser observado na dependência direta de cidades menores como Amambaí, Aral Moreira, Bela Vista, Antonio João dentre outras, da cidade de Ponta Porã, em nível imediatamente acima; bem como, estas também estão subordinadas a cidade de Dourados, que representa um nível acima de Ponta Porã na hierarquia do desenvolvimento do Estado. Porém, todas estas, incluindo Ponta Porã e Dourados, encontram-se subordinadas a Campo Grande, a “cabeça e rede” do sistema hierárquico formado.



De outra forma, o esquema de divisão por faixas observado pela autora sintetiza de maneira prática a estrutura espacial e econômica do Estado. Conforme a Le Bourlegat (2000), situada na faixa Central, a cidade de Campo Grande representa o centro de desenvolvimento dessa faixa, sendo influenciada diretamente por São Paulo e exercendo influência direta sobre microrregiões e cidades próximas.

Assim, a importância de Campo Grande para o desenvolvimento das cidades das microrregiões de Campo Grande e do Alto Taquari, as quais localizam-se no entorno espacial de maior proximidade e influência da capital (veja mapa 1) e que mostraram-se estruturadas fortemente na agropecuária, como ressalta Le Bourlegat (2000), deram-se tanto positiva quanto negativamente. Neste ponto pode-se estabelecer uma relação evidente das conclusões da autora com os conceitos e conclusões das teorias do desenvolvimento regional associadas a fator aglomerativo das atividades produtivas, as quais propõem que a aglomeração se dá em um determinado espaço econômico devido a vantagens proporcionadas por esta sob a forma de economias de escala a serem desfrutadas.

Segundo preceitos de Perroux (1970) associados às conclusões de Le Bourlegat (2000), podemos entender que Campo Grande representa um pólo de crescimento e desenvolvimento, tanto de sua faixa espacial como de todo o Estado de Mato Grosso do Sul. A capital, portanto, é responsável por efeitos de expansão sobre suas áreas de influência, sendo local de estruturação de indústrias motrizes, que irradiam, tanto horizontal quanto verticalmente, estes efeitos. Desta forma, conclui-se que as cidades da microrregião de Campo Grande e do Alto Taquari receberam e recebem efeitos expansionistas da capital, sob a forma de atração de atividades correlacionadas as indústrias motrizes e ainda através da demanda de fatores produtivos por estas.

Entretanto, como ressalta Perroux (1970), a aglomeração tende a promover a concentração geográfica. Neste sentido, a autora observa que “a importância da cidade [Campo Grande] anula o desenvolvimento dos núcleos urbanos locais vizinhos que dela dependem diretamente [...]” (LE BOURLEGAT, 2000: p. 220), o que revela também que a aglomeração das atividades produtivas neste centro acaba por aumentar a situação periférica dos centros menores subordinados, reduzindo os efeitos expansionistas ou ainda superando-os.

Sobre esta mesma relação de efeitos positivos e negativos advindos do pólo ou centro dinâmico de uma determinada região, as idéias apresentadas na Teoria da Causação Circular Acumulativa, conclui-se também que o que existe é um processo circular e cumulativo, no qual operam efeitos propulsores e regressivos, concluindo que estes superam aqueles, culminado no constante aumento das desigualdades. O dinamismo de Campo Grande seria, então, realimentado por sua própria condição de centralidade estabelecida desde sua formação, em detrimento das cidades dependentes, que usufruem dos encadeamentos advindos de Campo Grande, mas que tem seu desenvolvimento restringido pela superioridade do centro dinâmico.

Logo, estas mesmas conclusões a respeito dos efeitos de atividades produtivas em termos inter-regionais podem ser utilizadas em uma correlação com a Teoria do Crescimento Desequilibrado. Os efeitos para frente e para trás das cadeias produtivas estabelecidas seriam responsáveis pelos fluxos de desenvolvimento, que no caso de Campo Grande é significativamente representada pela agroindústria, a qual alimenta-se da produção do setor agropecuário regional e também vê nas demais cidades potenciais mercados consumidores. Entretanto, mesmo para este simples exemplo, pode-se verificar que, apesar de beneficiarem-se dos fluxos das indústrias-satélites, as cidades inferiores na hierarquia não são capazes de atrair atividades que representem maior agregação de valor e geração da renda, como as

indústrias, mas tão somente atividades subordinadas e com menor força para o crescimento e o desenvolvimento regional.

Portanto, podemos concluir que, segundo as conclusões de Cleonice Le Bourlegat (2000) e os preceitos teóricos das teorias do desenvolvimento regional, o desenvolvimento centralizado de Campo Grande no cenário de Mato Grosso do Sul tem significativas explicações em fatores de localização, no momento de sua formação e estruturação, e de aglomeração, quando já estabelecida como capital e centro dinâmico estadual. Os fatores alocativos são claramente ressaltados neste trabalho, realizando uma análise, mesmo que simplificada, observamos que a aglomeração das atividades produtivas na região de Campo Grande também se revela algo importante em seu desenvolvimento centralizado.

## **5. BIBLIOGRAFIA**

ALONSO, J. A. F. *Evolução das desigualdades inter-regionais de renda interna no Rio Grande do Sul: 1939-1970*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística – Teses, nº 9, dez. 1989.

CAVALCANTE, Luiz. R. M. T. *Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização*. Salvador - Bahia: NPGA, UFBA. Disponível em: [www.desenbahia.ba.gov.br](http://www.desenbahia.ba.gov.br), acessado em 04 de agosto de 2005.

CLEMENTE, Ademir. *Economia Regional e urbana*. São Paulo: Atlas, 1994.

LE BOURLEGAT, Cleonice. A. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: Articulações Espaço-Temporais*. 2000. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

PERROUX, F: *O conceito de pólo de crescimento*. 1970. IN\_\_\_ FAISSOL, S. *Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. p. 98-110.

RICHARDSON, H. W. *Economia Regional: teoria da Localização, estrutura urbana e crescimento regional*. 2ª ed - Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SEPLANCT MS. *Diagnóstico Sócio Econômico de Mato Grosso do Sul – 2003*. CD-ROM

SOUZA, Nali. J. *Desenvolvimento Econômico*. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SOUZA, Nali. J. *Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil*. IN: *Análise Econômica*, ano 11, p. 29-59, mar.1993.